



**Actas
Congreso
Internacional
América
Latina:
La autonomía
de una región**

**XV Encuentro de
Latinoamericanistas
Españoles**

Actas del Congreso Internacional “América Latina: La autonomía de una región”, organizado por el Consejo Español de Estudios Iberoamericanos (CEEIB) y la Facultad de Ciencias Políticas y Sociología de la Universidad Complutense de Madrid (UCM), celebrado en Madrid el 29 y 30 de noviembre de 2012.

Editores:

Heriberto Cairo Carou, Almudena Cabezas González, Tomás Mallo Gutiérrez, Esther del Campo García y José Carpio Martín.

© Los autores, 2012

Diseño de portada: tehura@tehura.es
Maquetación: Darío Barboza
Realización editorial: Trama editorial
trama@tramaeditorial.es
www.tramaeditorial.es
ISBN-e: 978-84-92755-88-2

MEMÓRIAS DA ATUAÇÃO DO MR8 NA REGIÃO DE MARABÁ NO SUL DO PARÁ NA DÉCADA DE 1980

Eladir Fátima Nascimento Dos Santos

Resumo

O trabalho constitui-se de parte da pesquisa realizada para a Tese de Doutorado em curso no PPGMS da UNIRIO, sobre as disputas de memória relativas às atuações do Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR8), nos movimentos sociais dos anos 1970 e 1980. A partir da notícia da prisão do pistoleiro que assassinou em 1982, um militante do MR8 que lutava ao lado dos trabalhadores rurais e assentados da região de Marabá, na Amazônia Brasileira, aqui apresentamos um breve histórico da entrada da questão ecológica, especialmente no norte do país. O objetivo é analisar a memória das ações políticas desenvolvidas naquela que foi e ainda é uma das regiões mais violentas do país. Região em que as relações de poder têm favorecido aos que apregoam que a “modernização” e o “desenvolvimento” da região deve se dar à custa da destruição da natureza e das culturas presentes naquele espaço. O trabalho propõe também uma reflexão sobre as contradições presentes na região que, segundo depoimento de um antigo militante do MR8, colocam muitas vezes homens desassistidos e desprovidos de qualquer meio de sobrevivência, a serviço das madeireiras ilegais para derrubar a floresta. Há ainda que se refletir sobre as propostas encaminhadas, na década de 1980, pela direção do MR8 relativas às formas de exploração da Amazônia e à inserção de sua militância na causa ambientalista por entender que esta se constituía em mais uma frente dos movimentos sociais na luta contra a ditadura militar.

Introdução

Com a seguinte manchete, “Assassino de Gabriel Pimenta é preso pela Polícia Federal”¹, o Jornal Hora do Povo² de 06.04.2007 noticiou a prisão, ocorrida naquela semana, do grileiro³ Manoel Cardoso Neto, o Nelito, mandante do assassinato do advogado Gabriel Sales Pimenta. O crime ocorreu em 18 de julho de 1982, em Marabá, sul do Pará. Informou ainda o jornal HP que Gabriel era natural de Minas Gerais, da cidade de Juiz de Fora, fora morto com a idade de 27 anos, que era um dos quadros dirigentes do Comitê Regional do Pará do Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR8)⁴. Destacava-se na organização da luta pela redemocratização do país, pelos direitos dos trabalhadores e em particular pela garantia da terra aos camponeses, sendo reconhecido pela gente humilde da região de Marabá por sua coragem e dedicação. Ajudou a fundar o sindicato Rural e dos Trabalhadores da Construção Civil e era advogado também da União Municipal dos Estudantes e da Associação de Mulheres de Marabá.

O advogado Gabriel, conforme informou o Jornal Hora do Povo, lutara bravamente junto a 158 famílias de camponeses da Vila de Pau Seco, a 18 Km de Marabá, cujas terras eram visadas por Nelito. O advogado, inclusive, chegou a obter uma liminar que dava aos camponeses garantia de posse daquelas terras. No desenrolar da luta, Gabriel impetrou Mandado de Segurança que garantiu a posse das terras às 158 famílias e exigiu que a Polícia Militar, que antes as haviam despejado, as reconduzisse a Pau Seco. Gabriel, dessa forma, tornou-se o primeiro advogado a conseguir na esfera da Justiça a posse da terra para camponeses daquela região.

A partir dessa notícia e do depoimento do também advogado Tersio Pedralozi, que após a morte de Gabriel fora sucedê-lo como militante e como advogado de organizações dos movimentos sociais, apresentamos as memórias relativas à atuação do MR8 nos conflitos existentes na região de Marabá. Conflitos em que estavam de um lado, um modelo de organização social que tinha como proposta a harmonia com os recursos naturais e, de outro lado, um modelo que dava atenção, sobretudo ao econômico, trazendo os impactos da ciência e da tecnologia e desprezando as suas implicações sociais. Conflitos entre um saber local que tem demonstrado efetividade ao longo de dezenas de anos e um novo saber que chegava munido de experiências testadas em laboratórios de genética que comprovam a

¹ Albuquerque, Valdo (2006) “Assassino de Gabriel Pimenta é preso pela PF”. horadopovo.com.br [On-line desde 07 de abril de 2006. URL: <http://www.horadopovo.com.br/2006/abril/07-04-06/pag2c.htm>. Página visitada em 28 de março de 2012].

² Hora do Povo – HP – jornal que passou a ser publicado a partir de 1981 pelo Movimento Revolucionário Oito de Outubro com o objetivo de divulgar a linha política da organização e que tornou-se o seu principal veículo de agitação e propaganda.

³ Grileiro é um termo que designa, no Brasil, quem falsifica documentos para de forma ilegal tornar-se dono por direito de terras devolutas ou de terceiros ou ainda quem está na posse ilegal de terras, por meio de documentos falsificados. O termo provém da técnica usada para o efeito, que consiste em colocar escrituras falsas dentro de uma caixa com grilos, de modo a deixar os documentos amarelados (devido os excrementos) e roídos, dando-lhes uma aparência antiga e, por consequência, mais verossímil.

⁴ Movimento Revolucionário Oito de Outubro – MR8. Organização da esquerda revolucionária que lutava pelo fim da ditadura militar brasileira e instalação de uma sociedade socialista no país.

eficiência na obtenção da maior produtividade e, conseqüentemente, maior lucro para alguns. Conflitos em que estão de um lado os pequenos trabalhadores, os homens que cultivam a terra para obter produtos essenciais para sua subsistência e que da floresta somente desejam extrair de forma sustentável e, de outro lado está aquele que deseja extrair a qualquer custo, que vê nos primeiros, estorvos para o “desenvolvimento” da região.

A questão ecológica

A historiadora brasileira Virgínia Fontes em sua obra *O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história* de 2010, ao se debruçar sobre o que chama de “encruzilhadas das lutas de classes e dos movimentos sociais”, ocorrida nos anos 1970, identifica o movimento ambientalista como a luta que se apresentou mais evidentemente incontornável nos âmbitos nacionais. Argumenta que tanto no mundo capitalista, quanto na União Soviética, durante a Guerra Fria ocorreu uma devastação do meio ambiente com seus efeitos gritantes sobre a vida social, derivados da industrialização. A autora lembra-nos que nos países estabelecidos nas franjas da Guerra Fria, nos quais ocorria um alinhamento automático aos modelos econômicos propostos pelos países líderes dos dois blocos, não havia também, até o surgimento dos movimentos pacifistas dos anos 1960, qualquer preocupação com o meio ambiente.

A historiadora afirma que os pacifistas foram aqueles que começam a deixar claro que “a chuva ácida se recusava a chover sobre fronteiras pré-demarcadas; a salinização de extensas áreas extrapolava os países nos quais foram realizadas as grandes barragens e, o mais inquietante, bombas atômicas não se limitavam a destruir eventuais inimigos, mas poderiam devastar todo o planeta” (Fontes, 2010: 183).

Nos anos 1970, expandiram-se os movimentos pacifistas voltados especificamente contra a corrida armamentista. Desses movimentos originaram-se, segundo a autora, variadas formas associativas com reivindicações ecologistas de caráter internacional, “majoritariamente, voltadas para a defesa da natureza, distanciando-se de questões da própria sobrevivência humana e da configuração real das classes sociais nos dois lados da fronteira ideológica” (Fontes, 2010: 183).

Na Alemanha dos anos 1970, tempo de choque aberto entre os dois modelos econômicos prevaletentes na Guerra Fria, surgiu o movimento da esquerda alternativa alemã. Era formado pelos estudantes e intelectuais chamados Verdes que entravam em cena trazendo uma grande influência dos escritos do filósofo alemão Herbert Marcuse.

Marcuse (1898-1979) havia apresentado, em 1966, no prefácio da segunda edição de sua obra *Eros e Civilização*, a necessidade de construção de uma nova relação do homem com a natureza e consigo próprio. O filósofo da Escola de Frankfurt criticava o desenvolvimento descontrolado da tecnologia, o racionalismo dominante nas sociedades modernas ditas superdesenvolvidas, os movimentos repressivos das liberdades individuais e o aniquilamento da razão por parte dos poderosos.

“O superdesenvolvimento técnico e científico fica desmentido quando os bombardeiros equipados de radar, os produtos químicos e as “forças especiais” da sociedade afluyente desencadeiam-se sobre os mais pobres da Terra, seus barracos, hospitais e campos de arroz. Os “acidentes” revelam a substância: rasgam o véu tecnológico, sob o qual se ocultavam os verdadeiros poderes. A capacidade de matar e queimar em grandes proporções, e o comportamento mental que lhe é concomitante, são subprodutos do desenvolvimento das forças produtivas, dentro de um sistema de exploração e repressão; parecem essas forças tornarem-se tanto mais produtivas, quanto mais confortável o sistema vai ficando para os seus privilegiados sujeitos. A sociedade afluyente demonstrou agora que é uma sociedade em guerra; se os seus cidadãos não o notaram suas vítimas já o perceberam, por certo”. (Marcuse, 1975: 14).

As ideias de Marcuse em 1966, embora apresentassem algo como uma regressão ao estágio pré-capitalista e pode-se dizer até “naturaliza” como observou Boaventura de Sousa Santos, (2010: 246) foram importantes naquele momento. Elas constatavam a maneira pela qual estava se dando o superdesenvolvimento. Apresentavam a proposta de uma nova relação do homem com a natureza, uma relação de maior interatividade. Deixar de tratar a natureza não como algo passivo e simplesmente passível de manipulação técnica, mas sim como uma parceira com a qual se pode manter uma relação de trocas prazerosas. Apresenta como principal tarefa da ação política a abolição das formas até ali presentes de lidar com a natureza, sob pena de se ter que pagar cobranças configuradas na forma de catástrofes. Essa ação política, seria para Marcuse, a eliminação do superdesenvolvimento.

“(…) A abolição dessas formas (de lidar com a natureza ⁵) é, como sempre, a tarefa da ação política; mas há uma diferença decisiva na situação presente. Ao passo que as revoluções anteriores acarretaram um desenvolvimento mais amplo e mais racional das forças produtivas, nas sociedades superdesenvolvidas de hoje, porém, revolução significaria a inversão dessa tendência: eliminação do superdesenvolvimento e de sua racionalidade repressiva. (...) as mutilações somáticas e mentais infligidas ao homem por essa produção seriam eliminadas. Por outras palavras, a configuração do

⁵ À guisa de esclarecimento, o conteúdo entre parêntesis é acréscimo nosso.

meio, a transformação da natureza, podem ser impulsionadas mais pelos instintos vitais liberados do que reprimidos, e a agressão estaria sujeita às suas exigências” (Santos, 2010: 246).

Apesar da deficiência teórica e do regressismo prático, este mesmo prefácio político foi cultuado e influenciou os ambientalistas alemães, dos Estados Unidos e de outras regiões. Nele, Marcuse também faz referências aos países atrasados e explorados pelo grande capital. Praticamente direciona os olhares para os espaços dessas nações as quais ainda não tinham atingido grande desenvolvimento econômico e tecnológico. Seriam esses espaços, lugares privilegiados para esse novo tipo de ação social que estava a propor.

“A vantagem histórica das nações mais novas, do seu atraso técnico, talvez seja a de poderem saltar o estágio de sociedade afluyente. Os povos atrasados, por sua pobreza e fraqueza, poderão ser forçados a renunciar ao uso agressivo e supérfluo da ciência e da tecnologia, para manterem a engrenagem produtiva sob o seu controle, para satisfação e desenvolvimento das necessidades vitais, tanto individuais como coletivas” (Santos, 2010: 246).

Em nosso país, as questões e conflitos relacionados à natureza e ao meio ambiente somente se apresentam a partir dos anos 1970. Surgem junto às questões de permanência na terra e à medida que são colocadas em prática as propostas desenvolvimentistas dos governos militares. Tais medidas entram em confronto com o viver de muitas comunidades da Amazônia, de regiões do Centro-Oeste e do Sertão atingido pelas barragens. As comunidades, sem receberem diretamente a influência de movimentos ambientalistas começaram a sentir necessidade de se movimentar para garantir a preservação de suas culturas e a sua permanência no espaço em que viviam e nos quais haviam criado suas estratégias de sobrevivência. Os embates, inicialmente tiveram uma forma espontânea. Davam-se entre o conhecimento e o fazer de gerações de populações indígenas, caboclas e migrantes que ali viviam desde a década de 1930, e o conhecimento dos que chegavam para implantar o desenvolvimentismo imposto e importado dos núcleos da industrialização dos países capitalistas avançados. Eram embates entre os que, de uma hora para outra, se tornaram donos de imensas propriedades, a maior parte das vezes por meios ilícitos, e os pequenos trabalhadores rurais, cada vez mais explorados.

As classes desprivilegiadas dessas regiões, desprovidas de seus espaços, desprezadas pelos órgãos governamentais, num primeiro momento, somente encontraram apoio na Igreja Católica. Esta, imbuída, em parte por uma visão preservacionista, abraça os trabalhadores rurais e moradores dos assentamentos, cumprindo sua ação preferencial pelos pobres e oprimidos, determinada pelo *Concílio do Vaticano II*. A Igreja procura mediar os conflitos de terra da região da Amazônia e, desde os anos 1970, passa a ter larga atuação no sentido de apoiar os trabalhadores rurais e os assentados, colaborando para a organização política dos mesmos.

452

Nesta mesma época, o governo brasileiro começa a sofrer dois tipos de pressões: de um lado, as resultantes da ação de movimentos sociais locais que, deixando de serem espontâneos passam a ter organização política; e de outro lado, as pressões vindas de fora do país. Mas mesmo sofrendo essas pressões, em 1972, o governo militar apresentou-se na Conferência de Estocolmo ⁶ Com uma posição de resistência ao reconhecimento da importância da questão ambiental. Negou-se a reconhecer o problema da exploração indiscriminada dos recursos naturais. O representante governamental, o ministro do interior Costa Cavalcante, declarou na ocasião que era necessário desenvolver primeiro e mais tarde, pagar os custos da poluição. Afirmou que, para o governo brasileiro, os problemas ambientais eram originados da pobreza. Considerou que a pobreza era a principal fonte de poluição, e que para o país, o necessário era garantir mais alimentos, habitação, assistência médica, emprego e condições sanitárias. Apregoava que o desenvolvimento não poderia ser sacrificado por questões ambientais. Defendia "crescimento a qualquer custo" pelo fato de que todos os países tinham direito ao crescimento econômico. Teceu uma série de acusações aos países industrializados que apregoavam o "crescimento zero" para não agredir o meio ambiente ⁷.

Internamente, esse “crescimento a qualquer custo”, apregoado na Conferência de Estocolmo, consubstanciava-se na preferência pelos grandes proprietários, num processo que desembocará no agronegócio do final do século XX e início do XXI. O discurso de que se a “pobreza era a principal fonte de poluição, e que o necessário era garantir mais alimentos, habitação, assistência médica, emprego e condições sanitárias”, não passava de retórica. Isto porque os governos militares não davam mostras de terem preocupação com a erradicação da pobreza e da exploração dos trabalhadores rurais. Pelo contrário, o grupo hegemônico do poder estava, àquela altura favorecendo a concentração das riquezas naturais nas mãos de alguns.

As riquezas naturais da Amazônia, que já há muitos anos eram objeto de cobiça do capitalismo internacional, estavam, àquela altura, sofrendo a exploração de forma desordenada e desenfreada graças ao “desenvolvimentismo” posto em prática pela ditadura militar. Para realizá-lo, o mais poderoso setor do bloco de poder da ditadura, a grande

⁶ Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente Humano, conhecida como Conferência de Estocolmo, realizada em 1972 em Estocolmo, na Suécia. Foi a primeira Conferência global voltada para o Meio Ambiente, e como tal é considerada um marco histórico político internacional, decisivo para o surgimento de políticas de gerenciamento ambiental, direcionando a atenção das nações para as questões ambientais.

⁷ Discurso do Ministro Costa Cavalcante na Conferência de Estocolmo de 1972. Relatório da Delegação do Brasil à Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente. Anexo C. p. 12.

http://www.cetesb.sp.gov.br/userfiles/file/mudancasclimaticas/proclima/file/publicacoes/conferencia_internacional_c_e_p/estocolmo_72_Volume_II.pdf Visto em 12.04.2012.

burguesia nacional, aliou-se intimamente ao imperialismo. Dessa forma, foi implementado o chamado desenvolvimento brasileiro, consolidado com as grandes barragens, a rodovia Transamazônica e as mineradoras.

Em 1981, pressionado pelos conflitos de terra e pelos movimentos sociais a essa altura, bastante organizados, o governo militar sanciona a Lei 6938 que dispõe sobre a Política Nacional sobre o Meio Ambiente. O estatuto legal não chega a ser um avanço no trato dos conflitos relacionados ao uso da terra e ao Meio ambiente, no entanto, trata-se do primeiro documento em que o governo expõe, de forma clara, sobre tais questões. Embora se mantendo como autoridade máxima na condução da questão ambientalista, declara que tem como objetivo a preservação, a melhoria e a recuperação da qualidade ambiental. “Qualidade que propicie vida e que assegure ao país, condições ao desenvolvimento social e econômico, garantia aos interesses da segurança nacional e proteção da dignidade da vida humana”⁸.

A política na região de Marabá

Os governos militares, até o início dos anos 1970, vinham mantendo suas preocupações relacionadas à Amazônia consubstanciadas nas ações do Ministério dos Transportes chefiado, na época, pelo Mario Andreazza. Estas se constituíam na abertura de caminhos para uma maior e melhor exploração dos recursos naturais da região. As rodovias e exploração das riquezas atendiam aos interesses de setores da burguesia nacional, ligada ao imperialismo.

Em 1969, a cidade de Marabá foi ligada à rodovia Belém-Brasília com a abertura da PA-70. Esta ação fazia parte da estratégia de integrar a região ao resto do país. Além disso, deu início ao incentivo à migração maciça de trabalhadores rurais nordestinos vindos da Bahia, Ceará e Paraíba em um plano de colonização agrícola oficial. Na região foram implantados canteiros de obras para construção da Hidroelétrica de Tucuruí⁹ e implantação do projeto Grande Carajás¹⁰. A descoberta da mina de ouro da Serra Pelada, próximo àquela área irá intensificar ainda mais o processo migratório para Marabá. Esses trabalhadores migrantes chegam à região e não encontram diferença alguma entre as relações com o Estado que mantinham nos seus locais de origem e as que encontram nos locais para onde vieram tão cheios de esperanças, no sentido de encontrar uma vida melhor. Muitos encontraram na região um campo de mais misérias do que as vividas no nordeste. Continuaram sendo homens excluídos, desprovidos de cidadania, com todos os agravantes contidos na situação de terem sido forçados a abandonar seu espaço e sua cultura para aventurar-se diante do desconhecido. São homens cujo Estado brasileiro não fora capaz de incluir, que eram descartados do nordeste para servirem de braços na colonização e integração do norte aos objetivos do capitalismo brasileiro ligado ao imperialismo.

Em 1970, o governo militar declarou o município como Área de Segurança Nacional, não só porque esta se constituía, no entender do regime, uma região estratégica para a integração do norte ao restante do país, mas, sobretudo, porque a região fora palco do movimento de guerrilha rural organizado pelo PC do B, às margens do rio Araguaia¹¹. Neste mesmo ano, foi criado o Programa de Integração Nacional que apresentava o projeto de construção da rodovia Transamazônica. Em 1971, foi inaugurado o primeiro trecho da rodovia e criado um posto do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), na cidade de Marabá.

⁸ Caput do art. 2º da Lei 6938 que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação.

⁹ A Usina Hidrelétrica de Tucuruí é uma central hidroelétrica no Rio Tocantins, no município de Tucuruí, a cerca de 300 km ao sul de Belém, no estado do Pará. Projetada na década de 1960 como parte de políticas do governo ditatorial para o desenvolvimento e integração da Amazônia e também para atender a indústria de alumínio gerada pelas jazidas de bauxita da região. O objetivo era possibilitar a navegação naquele trecho do rio, originalmente cheio de corredeiras e, dessa forma, melhor escoar os minérios da região.

http://pt.wikipedia.org/wiki/Usina_Hidrel%C3%A9trica_de_Tucuru%C3%AD, Acesso em 12.04.2012.

¹⁰ O Programa Grande Carajás (PGC), oficialmente lançado em 1982, tinha como objetivo realizar a exploração integrada dos recursos dessa província mineralógica, considerada a mais rica do mundo, contendo minério de ferro de alto teor, ouro, estanho, bauxita (alumínio), manganês, níquel e cobre e minérios raros. A vida útil das reservas de ferro, estimada na década de 1980, era de cerca de 500 anos. Esses minérios já haviam sido detectados desde 1970 pela empresa Amazônia Mineração S.A, consórcio de empresas estrangeiras como a United States Steel, com a Vale do Rio Doce que, à época, era uma empresa estatal. No final dos anos 70 a Vale pagou uma vultosa indenização à sua parceira, para poder assumir sozinho o controle do empreendimento. Então foi lançado o Programa Grande Carajás (PGC). Carajás não se limitou apenas a explorar a mineração; existiam outros projetos agropecuários de extração florestal, que tinham por objetivo o “desenvolvimento” da região. O PGC foi regulamentado pelos Decreto-lei nº 1.813, de 24 de novembro de 1980 e Decreto do Poder Executivo nº 85.387 de 24 de novembro de 1980, que criou o Conselho Interministerial do PGC para supervisionar o programa. http://pt.wikipedia.org/wiki/Projeto_Grande_Caraj%C3%A1s, Acesso em 05.04.2012.

¹¹ O PC do B, dissidência do Partido Comunista Brasileiro que tinha, nos anos 1960 e 1970, como estratégia a guerra revolucionária e a luta armada organizou a Guerrilha do Araguaia. Seu objetivo era fomentar uma revolução socialista, a ser iniciada no campo, baseada nas experiências vitoriosas da Revolução Cubana e da Revolução Chinesa. Não estavam claramente, no foco da organização naquele momento, as questões ecológicas ou ambientalistas. Tanto que, a área para a atuação – a região do Araguaia – fora escolhida porque o PC do B considerava a mesma, “um povoamento recente, com baixo nível de conflitos sociais e insignificância econômica. Por ser uma região que recebia imigrantes vindos de várias regiões do Brasil, baianos, cearenses, paraibanos, maranhenses e também imigrantes libaneses e palestinos, a movimentação e entrada de novos moradores não era muito estranhada”. (Gorender, 1987: 208). Torna-se necessário observar que a avaliação do PC do B com relação ao “baixo nível de conflitos sociais” é feita, ainda em meados da década de 1960, momento em que as contradições ainda não haviam gerado muitos conflitos na região. No entanto, logo perceberam os militantes do PC do B que o nível dos conflitos sociais relacionados à terra não eram tão baixos. Mesmo com orientações de sua organização no sentido de que antes da deflagração do movimento, os futuros guerrilheiros deveriam se inserir na população e seguir a norma de evitar toda e qualquer ação política, muitos assumiram atividades de lavradores e por vezes tiveram pendências com grileiros.

Na confluência desses fatores, Marabá, rapidamente, se torna uma das regiões mais violentas do país. Lá ocorreram massacres como os de São Bonifácio e o de El Dourado de Carajás; mortes durante a existência do garimpo em Serra Pelada; espancamentos e mortes preteridos pela Polícia Militar e pelo Exército, com a justificativa de garantir a ordem e grileiros encomendando assassinatos em emboscadas de todos que se colocavam contra seus interesses.

Nos anos 1970 e 1980, organizações da esquerda passaram a se interessar pela organização política das comunidades que viviam conflitos relacionados à posse de terras e que reivindicavam o estabelecimento de assentamentos ou demarcações de terra por políticas compensatórias. Várias organizações da esquerda revolucionária tiveram atividades políticas na região. Procuravam criar entidades organizativas da população da região e travavam disputas com representantes da ARENA¹², agremiação que reunia os grandes proprietários de Marabá e adjacências. Porém, neste estudo, nos interessa, em especial a memória das atividades do MR8 naquela região.

A formulação referente à questão da terra esteve nas preocupações do MR8 desde o seu I Congresso, ocorrido em 1976. Nas Resoluções publicadas em 1977 aponta em seu Programa Socialista da Revolução Brasileira a necessidade de sua militância lutar para a execução de cinco aspectos.

“a. nacionalização do solo; b. transformação das grandes empresas agrícolas em fazendas do Estado, controladas pelos trabalhadores; c. transformação do latifúndio capitalista atrasado, onde prevalecem a produção parcelaria e relações de produção capitalista pouco desenvolvidas, em cooperativas de trabalhadores, assistidas técnica e financeiramente pelo Estado; d. garantia de usufruto da terra para os pequenos camponeses, em extensão adequada às modalidades do cultivo, com a assistência técnica e financeira do Estado e estímulo à sua livre cooperativização; e. garantia de créditos estatais e preços mínimos justos para os produtos agrícolas, desenvolvimento acelerado da infraestrutura de transportes, comunicações, energia e irrigação do campo”¹³.

Porém, foi somente a partir de 1979, ano em que o MR8, recém-saído de seu II Congresso vivia uma fase de crescimento orgânico considerável, que a organização iniciou o envio de militantes de regiões urbanas para organizar o trabalho revolucionário nos meios rurais. Tratava-se de colocar em prática o programa socialista da Revolução Brasileira à essa altura, já com uma proposta de ampliação da Frente Popular que derrubaria a ditadura militar. Ampliando-a com a entrada de setores pequena burguesia ou da burguesia que apresentavam contradições com o grande capital. Nas Resoluções do II Congresso encontramos orientações no sentido de implemento de uma reforma agrária obtida através de um trabalho que se daria

“(…) mobilizando os assalariados agrícolas e camponeses para a realização das seguintes tarefas: a). Nacionalização do solo; b). transformação das grandes empresas agrícolas em fazendas estatais, controladas pelos trabalhadores; c). transformação do latifúndio atrasado, onde prevalecem a produção precária e relações de produção capitalistas pouco desenvolvidas, em cooperativas de trabalhadores, assistidas técnica e financeiramente pelo Estado; d). garantia da propriedade da terra aos pequenos camponeses, em extensão adequada às modalidades de cultivo, com assistência técnica e financeira do Estado e estímulo à livre cooperativização; e). garantia de créditos estatais e preços mínimos justos para os produtos agrícolas; f). desenvolvimento acelerado da infraestrutura de transportes, comunicações e energia e irrigação no campo”¹⁴.

Foram munidos dessas orientações que chegaram ao Pará e especificamente na região de Marabá, os primeiros estudantes que partindo de São Paulo, Pernambuco e Minas Gerais para atuar na região e aplicar a linha da organização.

Há de se observar que a ida desses militantes para aquela região eram entendidas como o deslocamento de “quadros” para mais uma frente de luta, na qual existiam as contradições entre capital e trabalho e, portanto, entendia o MR8, seus militantes ali deveriam se fazerem presentes. Não eram e nem desejavam ser confundidos com os ambientalistas ou ecologistas. Estavam na região, conforme afirmavam, para lutar contra a ditadura militar e, acima de tudo, organizar a revolução socialista no campo.

Leny May Campelo, Tércio Pedralozi, Ruth Helena Vieira Furtado, Josevaldo Albuquerque Baia e Gabriel Pimenta foram alguns desses jovens militantes do MR8 deslocados para Marabá. Nas memórias apresentadas pelo advogado Tércio Pedralozi, Gabriel Pimenta “*era uma pessoa excepcional, carismática, era uma grande liderança política, era respeitado por todos. Tinha influência no movimento sindical rural e urbano da cidade e região e no PMDB*”¹⁵ local”. Tércio Pedralozi ainda lembra que

“Na época, havia uma disputa por uma posse de terra, onde estavam envolvidos um grande grileiro da região e o presidente do sindicato dos trabalhadores rurais de Marabá. Essa disputa era emblemática,

¹² ARENA – Aliança Renovadora Nacional. Partido dos Governos Militares, instituído a partir do Ato Institucional nº 2

¹³ Resoluções do I Congresso do Movimento Revolucionário Oito de Outubro, in *Brasil Socialista*, nº 9, ano III, abril de 1977. p. 47.

¹⁴ Resoluções do II Congresso do MR8. 1979. p. 41.

¹⁵ PMDB- Partido do Movimento Democrático Brasileiro. Sucedâneo do MDB (Movimento Democrático Brasileiro) criado pela ditadura militar, através do AI-2, como partido da oposição consentida.

pois simbolizava a luta por mudanças na região, onde quem mandava eram os grandes fazendeiros, na sua maioria grileiros de terras públicas, a Arena por intermédio do Cel Curió, que atuou clandestinamente e oficialmente na luta da guerrilha do Araguaia e Cel. Jarbas Passarinho, se não me engano, Governador do Estado do Pará, naquela época. Então, essa luta simbolizava tudo isso; não era apenas a disputa por um pedaço de terra, mas a luta por mudanças radicais inserida na luta pela derrubada da Ditadura expressa na luta pela Anistia e eleições livres e democráticas, como as "Diretas Já" e foi por isso que mandaram matar o Gabriel"¹⁶.

Sobre suas relações com Gabriel Pimenta, Tércio Pedralozi afirma que, na verdade, não o conheceu pessoalmente.

“Minha ida para Marabá se deveu à sua morte, ao seu assassinato. Depois de seu assassinato, o Partido se reuniu e decidi que aquela luta não poderia acabar com a vitória dos assassinos do Gabriel e resolveu mandar um outro militante para segurar aquela bandeira. O Gabriel era advogado do sindicato dos trabalhadores rurais de Marabá, então devíamos mandar um militante advogado, no caso, a discussão foi comigo e com minha primeira esposa Berenice Balsalobre, também formada em Direito, que acabava de me formar - me formei em 1981. O partido mostrou a necessidade de continuar aquela luta. Então, topei a empreitada e fui para Marabá. Minha ida para Marabá foi para dar continuidade a essa luta. E, ao final, nós ganhamos essa luta, com a eleição do Governador Jader Barbalho do PMDB e a prisão do grileiro que mandou matar o Gabriel”¹⁷.

Embora as atuações do MR8 no Pará, na maioria, se tenham dado na área urbana, foram intensas também no interior do Estado, em Marabá. Essas atuações orientaram os trabalhadores no sentido de criação de sindicatos rurais e da construção civil. Também havia a orientação no sentido de seus militantes se relacionarem com representantes da elite local, tendo-os, inclusive, como aliados dentro do PMDB. Eram setores da burguesia local que desejavam o fim da ditadura militar e o fim do domínio da ARENA na região.

Tércio Pedralozi é enfático ao afirmar como eram vistas pelo MR8 as questões de terra na região de Marabá

“As questões dos trabalhadores rurais era vista sob o ponto de vista de sua organização, ou seja, fortalecer, ampliar e unir o movimento sindical, em torno dos sindicatos, federação e Confederação (CONTAG)¹⁸, da luta pela terra, na legalização da posse dos trabalhadores em terras públicas e ou desocupadas; da efetivação e ampliação da reforma agrária. Para nós, a questão ecológica era vista mais como uma luta geral em defesa da soberania da Amazônia”¹⁹.

455

Outra questão abordada pelo advogado Tércio Pedralozi é a exploração ilegal da madeira na qual grandes proprietários estão envolvidos. “Eles se aproveitam da situação de penúria e desesperança de muitos trabalhadores da região e utilizam esses homens como braços para essa atividade ilegal”²⁰. O entrevistado procura mostrar a importância da luta sindical na região como forma de combate às madeiras e a exploração indiscriminada e ilegal da madeira.

“A questão da exploração ilegal da madeira estava inserida na luta sindical porque os grandes proprietários expulsavam os trabalhadores rurais não somente por terra, mas para a exploração ilegal da madeira que gerava grande lucro. Lembro da morte de um outro advogado de Sindicato de Trabalhadores Rurais, o João Batista que era do PC do B, e também foi assassinado, mais ou menos em 1988. Foi assassinado porque incomodava grandes proprietários que exploravam ilegalmente a madeira”²¹.

Quanto à violência presente na região de Marabá, o advogado Tércio assim a classifica:

“A violência era gerada em razão da disputa pela terra e da região de mineração em Serra Pelada. A violência era sempre iminente. Assim, era necessário estar sempre atento, na prática e no planejamento. A violência também se dava porque a atuação do Estado ainda era muito pequena naquela região”²².

Conclusão

A forma como se têm estabelecido as relações capitalistas na Amazônia e, em específico em Marabá que a tornaram uma das regiões mais violentas do país, é tributária de um conhecimento importado desde a década de 1970 dos

¹⁶ Entrevista concedida por Tércio Pedralozi em 06.12.2011.

¹⁷ *Idem*.

¹⁸ Confederação dos Trabalhadores da Agricultura.

¹⁹ Entrevista concedida por Tércio Pedralozi em 06.12.2011.

²⁰ *Idem*.

²¹ *Idem*.

²² *Idem*.

grandes centros do capitalismo mundial para aquele espaço. Capitalismo que gerou os impérios ocidentais e se estabeleceu realizando exclusões.

Em Marabá, desde o início da elaboração projeto desenvolvimentista dos governos militares, os excluídos foram as populações locais e a natureza. Paradoxalmente, esses excluídos eram essenciais para o desenvolvimento do projeto. As populações locais como braços para realização da empreitada. A natureza como fornecedora de recursos. Por isso os excluídos foram adendados ao projeto, porém em relações de exterioridade e subalternidade que geraram conflitos catastróficos. No entender dos políticos, engenheiros e técnicos a serviço do desenvolvimentismo, tanto as populações locais como a natureza deveriam ser “domesticados” para que aquela região do norte se integrasse ao restante do país e gerasse riquezas a serem usufruídas pela grande burguesia.

A análise do sociólogo Boaventura Sousa Santos referente ao paradigma, ainda dominante no final do século XX, relacionado àqueles que o ocidente considera “selvagens” e relacionados à “natureza”, nos ajuda a compreender o ocorrido em Marabá.

“A violência civilizatória que, no caso dos selvagens, se exerce por via da destruição dos conhecimentos nativos tradicionais e pela inculcação de conhecimentos de fé “verdadeiros” exerce-se, no caso da natureza, pela produção de um conhecimento que permita transformá-la em recurso natural. Em ambos os casos, porém, as estratégias de conhecimento são basicamente estratégias de poder e dominação” (Santos, 2008: 181).

Daí porque nunca constou dos planos dos governos militares a troca de conhecimentos com populações locais e um relacionamento interativo com a natureza. A relação era de dominação e emprego da violência explícita em caso de desobediência. E o Estado pouco se fazia e se faz presente na região quando o caso é dirimir conflitos entre os poderosos e os trabalhadores.

Ao analisarmos as memórias construídas relativas às atuações do MR8 na região de Marabá verificamos que sua militância não se colocava como integrante da luta ambientalista porque entendia sua atuação ao lado dos trabalhadores rurais da região como mais uma frente de luta pela derrubada da ditadura militar. Porém, essa atuação incomodou imensamente os setores comprometidos com o grande capital e com o exploração desenfreada da região.

Gabriel Pimenta do MR8 e tantos outros que continuam sendo assassinados em Marabá, como João Batista do PC do B, José Cláudio e Maria, esses dois últimos mortos em 25 de maio de 2011, quando estava sendo votado, no Congresso Nacional, o Código Florestal, todos foram considerados estorvos para a ordem, ainda é dominante, na região.

456

Mas uma vez nos reportando ao professor Boaventura de Sousa Santos afirmamos em conjunto com o sociólogo que há necessidade de construção de uma nova cultura política (Santos, 2008: 14). Uma cultura política que valorize as experiências sociais, políticas e culturais de espaços diferentes do Norte hegemônico. Uma cultura política que reconheça a existência da economia solidária, da interculturalidade, dos conhecimentos populares e que dessa forma possamos aspirar uma sociedade mais justa, mais solidária e resistente à opressão e dominação. Santos propõe a valorização dos até aqui considerados “sistemas alternativos de produção que a racionalidade capitalista ocultou (Santos, 2008: 14).

O MR8, por compreender que a participação de sua militância na região de Marabá tratava-se apenas mais uma frente da luta geral pelo derrube da ditadura e construção da Revolução no campo, após o fim da ditadura em 1985, canalizou todas as suas energias para a participação no PMDB. Fez isso, muitas vezes, em detrimento da organização políticas das populações locais e da construção de uma economia mais solidária na região.

No mesmo PMDB que o MR8 acreditava ser a Frente que comandaria a fase nacional e democrática vivida pelo país, passaram a se alojar também os grandes proprietários de terra da região. Os poucos militantes que ainda permaneceram no Pará desde esse período, já não mais eram reconhecidos como importante liderança que fora Gabriel Pimenta. Paulatinamente, o trabalho político do MR8 desorganizava-se na região de Marabá.

Em suma, moradores e lideranças mais antigas da região que ainda hoje atuam no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Marabá têm uma memória das atuações de Gabriel Pimenta como algo muito importante e emancipador para as populações rurais e assentados de Marabá. No entanto, essa memória convive e disputa com uma outra memória. Uma outra memória apresentada por militantes de outras organizações políticas, que apresenta o MR8 como aliado de setores poderosos de Marabá. Em suas memórias destacam as posições tomadas pelos militantes do MR8 a partir de 1985, quando a organização passa a ter como seus principais aliados, setores da burguesia local que estavam dentro do PMDB. Ocorre que, no sentido de fortalecer o PMDB como a frente popular, nacional e democrática que comandaria a etapa burguesa da revolução nacional que acreditava estar em curso, aliou-se aos setores que sempre oprimiram e desprezaram as populações superexploradas de Marabá.

São duas memórias, que mais uma vez se apresentam em disputa, no que se relaciona às atuações do Movimento Revolucionário Oito de Outubro.

Bibliografía

Fontes, Virgínia. *O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história*. Rio de Janeiro, EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

Gorender, Jacob. *Combate nas Trevas*. Rio de Janeiro, Ed. Ática, 1987.

Jornal Hora do Povo. Versão digital de 06.04.2007. www.horadopovo.com.br/ acesso em 28.03.2012.

Marcuse, Herbert. *Eros e Civilização*. Rio de Janeiro, Ed. Zahar. 1981.

Resoluções do I Congresso do Movimento Revolucionário Oito de Outubro, in *Brasil Socialista*, nº 9, ano III, abril de 1977.

Resoluções do II Congresso do MR8. São Paulo, Ed. Quilombo.1979.

Santos, Boaventura de Sousa. *A Gramática do Tempo: para uma nova cultura política*. São Paulo, Ed. Cortez, 2008.

_____. *Pela Mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade*. São Paulo, Ed. Cortez, 2010.

Wikipédia. http://pt.wikipedia.org/wiki/Projeto_Grande_Caraj%C3%A1s acesso em 05.04.2012.

_____. http://pt.wikipedia.org/wiki/Usina_Hidrelétrica_de_Tucuruí acesso em 12.04.2012.

http://www.cetesb.sp.gov.br/userfiles/file/mudancasclimaticas/proclima/file/publicacoes/conferencia_internacional_c_e_p/estocolmo_72_Volume_II.pdf Acesso em *